v7.n12.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

# RISCOS DA DESINFORMAÇÃO DIGITAL NO USO DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO (MIPS) ENTRE JOVENS

## *RISKS OF DIGITAL MISINFORMATION IN THE USE OF OVER-THE-COUNTER (OTC) MEDICATIONS AMONG YOUNG PEOPLE*

## *RIESGOS DE LA DESINFORMACIÓN DIGITAL EN EL USO DE MEDICAMENTOS DE VENTA LIBRE ENTRE LOS JÓVENES*

Sthela das Dores Maia de Oliveira [1] Gustavo Henrique Rodrigues Vale de Macedo[2]

https://doi.org/10.47820/recima21.v7i12.9939

PUBLICADO: 12/2026

**RESUMO**

A disseminação de informações não validadas em plataformas digitais constitui um desafio para a promoção do uso racional de medicamentos, especialmente entre jovens que utilizam redes sociais e ferramentas de inteligência artificial como fontes de orientação em saúde. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar os riscos à saúde associados à desinformação digital sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) entre jovens, considerando os fatores relacionados à automedicação e a importância da intervenção farmacêutica. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, realizada por meio de buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, contemplando publicações de 2022 a 2026. Foram identificadas inicialmente 58 publicações, das quais oito atenderam aos critérios de elegibilidade. Os resultados sugerem que a exposição a conteúdos digitais sem validação científica pode favorecer a percepção equivocada de segurança dos MIPs e influenciar práticas inadequadas de automedicação. Entre os riscos discutidos, destacam-se reações adversas gastrointestinais, hepatotoxicidade, nefrotoxicidade, interações medicamentosas e mascaramento de condições clínicas. Dados epidemiológicos sobre intoxicações medicamentosas foram utilizados exclusivamente para contextualização, não permitindo atribuir os casos especificamente aos MIPs ou à desinformação digital. Conclui-se que o fortalecimento do letramento em saúde digital e a atuação clínica do farmacêutico representam estratégias relevantes para promover decisões terapêuticas mais seguras. Entretanto, as limitações metodológicas das evidências analisadas impedem o estabelecimento de relações causais, indicando a necessidade de novos estudos sobre essa associação.

**PALAVRAS-CHAVE**: Automedicação. Medicamentos isentos de prescrição. Desinformação em saúde. Redes sociais. Uso racional.

***ABSTRACT***

*The dissemination of unverified information on digital platforms represents a challenge to promoting the rational use of medicines, particularly among young people who rely on social media and artificial intelligence tools as sources of health information. In this context, this study aimed to analyze the health risks associated with digital misinformation regarding the use of over-the-counter (OTC) medicines among young people, considering factors related to self-medication and the importance of pharmaceutical intervention. This integrative literature review adopted a*

[1] Graduanda em Farmácia pela Faculdade Florence.

Farmacêutico, mestre em Microbiologia e doutor em Biodiversidade e Biotecnologia pela UFMA. Pós-doutorando em Saúde Única pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador em microbiologia, resistência antimicrobiana e saúde ambiental. Docente multidisciplinar da Faculdade Florence.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

*qualitative, descriptive, and exploratory approach. Searches were conducted in the Virtual Health Library (VHL), Scientific Electronic Library Online (SciELO), and Google Scholar, covering publications from 2022 to 2026. Initially, 58 publications were identified, of which eight met the eligibility criteria. The findings suggest that exposure to digital content lacking scientific validation may contribute to misconceptions about OTC medication safety and influence inappropriate self-medication practices. The main risks discussed include gastrointestinal adverse reactions, hepatotoxicity, nephrotoxicity, drug interactions, and the masking of underlying clinical conditions. Epidemiological data on medication poisoning were used exclusively to provide context and do not allow cases to be specifically attributed to OTC medicines or digital misinformation. The study concludes that strengthening digital health literacy and promoting pharmacists' clinical involvement are relevant strategies for supporting safer therapeutic decisions. However, the methodological limitations of the available evidence prevent the establishment of causal relationships, highlighting the need for further studies investigating this association.*

***KEYWORDS:*** *Self-medication. Over-the-counter medications. Health misinformation. Social media. Rational use.*

***RESUMEN***

*La difusión de información no validada en plataformas digitales constituye un desafío para la promoción del uso racional de medicamentos, especialmente entre los jóvenes que utilizan las redes sociales y las herramientas de inteligencia artificial como fuentes de orientación en salud. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar los riesgos para la salud asociados a la desinformación digital sobre el uso de Medicamentos de Venta Libre (MVL) entre los jóvenes, considerando los factores relacionados con la automedicación y la importancia de la intervención farmacéutica. Se trata de una revisión integrativa de la literatura, con enfoque cualitativo y carácter descriptivo y exploratorio, realizada mediante búsquedas en la Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) y Google Académico, que abarcó publicaciones de 2022 a 2026. Inicialmente, se identificaron 58 publicaciones, de las cuales ocho cumplieron los criterios de elegibilidad. Los resultados sugieren que la exposición a contenidos digitales sin validación científica puede favorecer una percepción errónea de la seguridad de los MVL e influir en prácticas inadecuadas de automedicación. Entre los riesgos discutidos destacan las reacciones adversas gastrointestinales, la hepatotoxicidad, la nefrotoxicidad, las interacciones farmacológicas y el enmascaramiento de enfermedades subyacentes. Los datos epidemiológicos sobre intoxicaciones medicamentosas se utilizaron exclusivamente para contextualizar el problema, sin permitir atribuir los casos específicamente a los MVL o a la desinformación digital. Se concluye que el fortalecimiento de la alfabetización digital en salud y la actuación clínica del farmacéutico representan estrategias relevantes para promover decisiones terapéuticas más seguras. Sin embargo, las limitaciones metodológicas de las evidencias analizadas impiden establecer relaciones causales, lo que indica la necesidad de realizar nuevos estudios sobre esta asociación.*

***PALABRAS CLAVE****: Automedicación. Medicamentos de venta libre. Desinformación en salud. Redes sociales. Uso racional de medicamentos.*

## 1. INTRODUÇÃO

A consolidação da internet como principal meio de socialização e busca de conhecimento alterou os padrões de consumo e a relação da sociedade com o cuidado em saúde,



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

especialmente entre as gerações nativas digitais (Camões, 2023). Nesse cenário de hiperconexão, Monteiro *et al.* (2026) descrevem que as redes sociais e os meios de busca passaram a atuar como fontes de informação terapêutica, substituindo, em muitos casos, a orientação de profissionais capacitados. Assim, este fenômeno democratizou o acesso a dados médicos, mas, simultaneamente, criou um ambiente suscetível à disseminação rápida e descontrolada de informações não verificadas, gerando um ambiente onde a autoridade científica concorre com conteúdos virais e opiniões empíricas propagadas por influenciadores e/ou ferramentas de busca sem formação clínica adequada (Monteiro *et al.*, 2026).

A cultura do imediatismo, característica do ambiente digital, fomenta a automedicação irracional, estimulando os jovens a buscarem soluções farmacológicas rápidas para desconfortos físicos ou emocionais baseadas em tendências, sem considerar variáveis fundamentais como dosagem, contraindicações e histórico clínico (Ramalho; Neumann; Santos, 2026). Observa-se, com isso, uma banalização do uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), que são comumente percebidos pelo público leigo como produtos totalmente seguros e sem riscos, dada a sua facilidade de aquisição sem a exigência de receituário médico (Castor; Lima, 2025). Desse modo, a prática subverte a finalidade dos MIPs, tornando-os potenciais agentes de danos à saúde quando utilizados sob a influência de informações distorcidas ou incompletas presentes na internet.

Levantamentos recentes sobre o comportamento digital indicam que a *Geração Z* frequentemente utiliza plataformas de vídeos curtos como mecanismos de busca preferenciais, locais onde conteúdos com a *hashtag* *"#saúde"* acumulam bilhões de visualizações, frequentemente contendo orientações terapêuticas sem validação científica, encorajando o uso empírico ou em dosagens inadequadas de analgésicos e antialérgicos (Preiss *et al.*, 2022; Al-Hamid; Tudor; Assi, 2024). A intersecção entre essa exposição a conteúdos empíricos e as estatísticas de intoxicação medicamentosa ilustra um problema de saúde pública emergente, no qual a desinformação digital atua como uma ferramenta direta para eventos adversos preveníveis, exigindo atenção das autoridades sanitárias e dos profissionais de saúde.

Diante da necessidade de mitigar os impactos desse processo, este estudo justifica-se pela importância de compreender as consequências clínicas geradas pelo déficit de letramento em saúde no ambiente digital, especialmente na faixa etária jovem, vulnerável à influência algorítmica. A relevância desta pesquisa reside em fornecer subsídios teóricos para a formulação de estratégias de Atenção Farmacêutica voltadas à educação em saúde no ambiente digital, alertando para os perigos do uso indiscriminado de fármacos de venda livre. Portanto, quais são



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

os riscos clínicos associados à propagação de desinformação em plataformas digitais? Como essa prática influencia a automedicação irracional com Medicamentos Isentos de Prescrição entre a população jovem?

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral analisar os riscos à saúde decorrentes do consumo e da aplicação de informações digitais não validadas sobre o uso de MIPs pelo público jovem por meio de uma revisão integrativa da literatura. A fim de estruturar esta análise, definiram-se três objetivos específicos: identificar as principais dinâmicas e fontes de propagação de desinformação farmacológica nas redes sociais; mapear os principais riscos clínicos associados à automedicação induzida pela internet, com ênfase nas reações adversas, interações e casos de intoxicação exógena; e, por fim, discutir a importância da intervenção do farmacêutico clínico na promoção do letramento em saúde digital e na desconstrução da percepção de inocuidade dos medicamentos de venda livre.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório, voltada à identificação, sistematização e análise crítica de evidências científicas relacionadas aos riscos da desinformação digital sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) entre jovens. A investigação busca compreender as relações descritas na literatura entre a exposição a conteúdos digitais não validados, a automedicação e os potenciais agravos à saúde, bem como discutir as estratégias de intervenção farmacêutica direcionadas à promoção do uso racional de medicamentos.

A coleta de dados foi realizada em bases de dados eletrônicas reconhecidas na área da saúde, sendo estas a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As buscas contemplaram publicações indexadas entre os anos de 2022 e 2026, em língua portuguesa e inglesa. Foram excluídos artigos duplicados, textos sem acesso completo, estudos que não apresentavam relação direta com o tema ou que não consideravam a variável da influência digital, a faixa etária jovem ou o papel do profissional farmacêutico.

Os descritores utilizados foram selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH), combinados com termos livres de maior ocorrência nas publicações recentes. Como ponto de partida para a reprodução da busca, foram utilizadas as combinações: ("automedicação" OR "self-medication") AND ("medicamentos



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

isentos de prescrição" OR "over-the-counter") AND ("redes sociais" OR "social media" OR "desinformação" OR "misinformation").

Após a etapa de busca, os estudos foram submetidos a um processo de seleção composto por leitura de títulos, resumos e textos completos. A análise temática foi organizada em três etapas. Na pré-análise, realizou-se a leitura dos trabalhos selecionados e a identificação das informações relevantes para os objetivos da pesquisa. Na exploração do material, os achados foram organizados em unidades temáticas, considerando as fontes de desinformação, os comportamentos de automedicação, os riscos clínicos e as possibilidades de intervenção farmacêutica. Na etapa de interpretação, os resultados foram comparados, buscando identificar convergências, divergências e limitações das evidências disponíveis.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

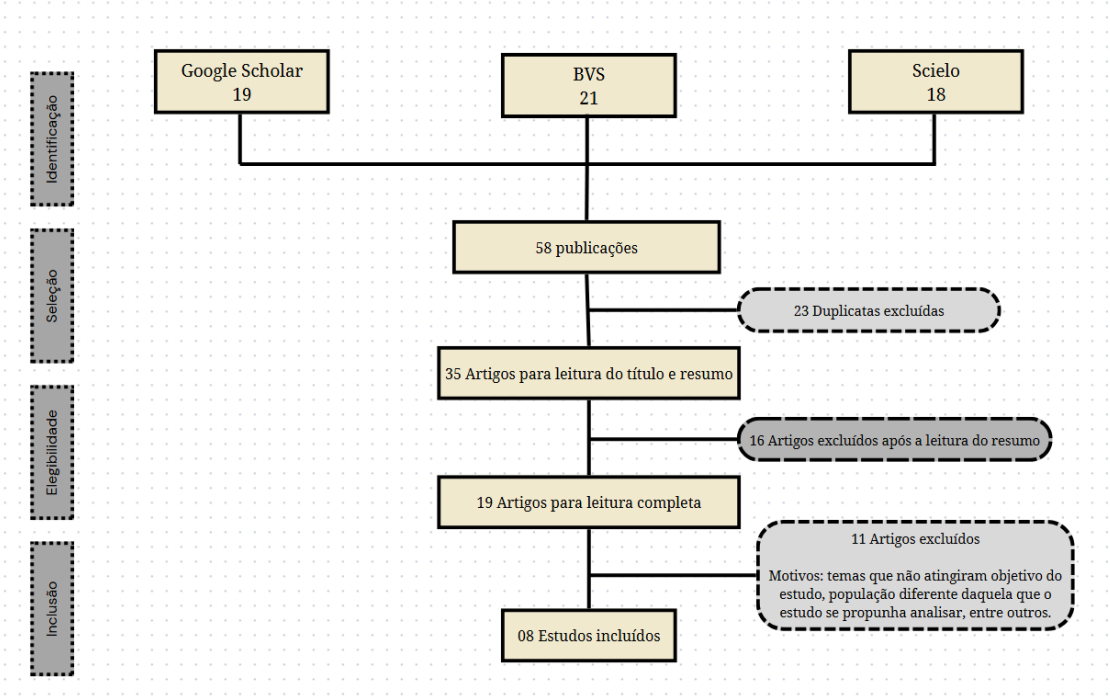
A estratégia de busca bibliográfica foi estruturada a partir da combinação de descritores controlados e termos livres relacionados à automedicação, aos MIPs, à desinformação em saúde e às plataformas digitais. As expressões completas, os campos pesquisados, os filtros utilizados, as datas das consultas e as quantidades de registros identificados em cada fonte encontram-se apresentadas na Figura 1. Os resultados recuperados foram reunidos para identificação de duplicatas, seguida da seleção por títulos, resumos e textos completos, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos.

A etapa inicial de busca resultou na identificação de 58 publicações, sendo 21 na base BVS, 19 no Google Acadêmico e 18 na SciELO. Após a exclusão de 23 publicações duplicadas, os 35 estudos restantes foram submetidos à leitura dos títulos e resumos, sendo 16 excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, especialmente quanto à adequação ao objetivo da pesquisa. Posteriormente, os 19 artigos selecionados foram avaliados por meio da leitura integral, resultando na exclusão de 11 estudos por abordarem temáticas não relacionadas ao objeto investigado, apresentarem populações distintas daquelas estabelecidas ou possuírem limitações metodológicas incompatíveis com os critérios de elegibilidade, totalizando oito estudos incluídos na revisão. Esse processo está representado de forma esquemática na Figura 1, que ilustra as etapas de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

**Figura 1.** Fluxograma dos artigos encontrados nas bases de dados BVS, Google Acadêmico e SciELO




Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Os achados identificados nos oito estudos selecionados são apresentados na Tabela 1, a qual sintetiza os principais aspectos metodológicos e resultados acerca da influência da desinformação digital na automedicação com Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) entre jovens.

**Tabela 1.** Principais resultados dos artigos encontrados nas bases de dados BVS, Google Acadêmico e SciELO

| Autor (ano) | Título | Tipo de Estudo | Objetivo Geral | Principais Resultados |
|---|---|---|---|---|
| Castor; Lima (2025) | Uso indevido de medicamentos isentos de prescrição. | Revisão de literatura qualitativa, exploratória e descritiva | Analisar os fatores associados ao uso inadequado de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), com enfoque nos riscos à saúde, no papel do farmacêutico na | A automedicação com MIPs é impulsionada pela falsa percepção de que medicamentos de venda livre são inofensivos, pela desinformação obtida na internet e redes sociais, pelo marketing farmacêutico e pela falta de orientação no ato da compra. O uso indiscriminado, observado inclusive entre |



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

| Autor (ano) | Título | Tipo de Estudo | Objetivo Geral | Principais Resultados |
|---|---|---|---|---|
| | | | orientação ao uso seguro e nas estratégias educativas e regulatórias para reduzir a automedicação. | estudantes de Farmácia e Medicina, acarreta riscos severos, como intoxicações, mascaramento de doenças graves, interações medicamentosas, hepatotoxicidade por paracetamol, lesões renais e gastrointestinais por AINEs e agranulocitose por dipirona. |
| Chamorro *et al. (2026)* | O papel do "Dr. Google" e das redes sociais na automedicação: impactos da desinformação e das recomendações digitais no consumo de medicamentos. | Revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e abordagem descritivo-analítica | Analisar a influência dos mecanismos de busca na internet ("Dr. Google") e das redes sociais sobre as práticas de automedicação, considerando os impactos da desinformação, recomendações digitais, publicidade, influenciadores e algoritmos na percepção de segurança e no consumo de medicamentos. | Tanto a busca ativa de sintomas ("Dr. Google") quanto a exposição passiva guiada por algoritmos nas redes sociais retroalimentam o autodiagnóstico e a automedicação, evidenciando acentuada vulnerabilidade digital entre universitários da Geração Z. Influenciadores e conteúdos patrocinados integrados a narrativas de estilo de vida reduzem a percepção de risco farmacológico, inclusive sobre MIPs, emagrecedores, psicofármacos e antimicrobianos, e geram uma percepção artificial de consenso científico baseada em métricas de engajamento. |
| Cortez; Brito (2025) | Avaliação do uso e o grau de conhecimento dos acadêmicos em relação ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's). | Pesquisa de campo descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa | Avaliar o uso e o grau de conhecimento dos acadêmicos em relação aos medicamentos isentos de prescrição (MIPs), identificando os principais fármacos utilizados, a existência de orientação na dispensação, o perfil sociodemográfico e a frequência de utilização. | A amostra teve predomínio de mulheres na faixa etária de 18 a 25 anos. Apesar de 74,5% declararem conhecer o que são MIPs, 47,1% demonstraram dificuldades quanto ao uso adequado e entendimento sobre a necessidade de orientação profissional. Os medicamentos mais utilizados foram Dorflex, Dipirona, Paracetamol e Ibuprofeno, voltados principalmente para dores musculares, febre, cólicas e sintomas gripais. Constatou-se que 56,9% não receberam qualquer instrução ao adquirir o fármaco e, entre os que receberam, 27,3% foram orientados apenas por balconistas, com informações restritas ao modo de uso e omissão de alertas sobre reações adversas, interações ou riscos como a hepatotoxicidade. |
| Ferreira *et al. (2025)* | A influência das redes sociais na automedicação e no consumo irracional de medicamentos: desafios para a | Revisão integrativa de literatura | Analisar a influência das redes sociais na prática da automedicação e no consumo irracional de medicamentos, discutindo os | Plataformas como Instagram, TikTok e YouTube consolidaram-se como fontes preferenciais de busca em saúde, impulsionando o uso sem prescrição principalmente de analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e |



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

| Autor (ano) | Título | Tipo de Estudo | Objetivo Geral | Principais Resultados |
|---|---|---|---|---|
| | educação em saúde. | | desafios impostos à educação em saúde. | fármacos para ansiedade e resfriados. Influenciadores digitais sem formação técnica constroem credibilidade com base no número de seguidores e em relatos pessoais, induzindo práticas inseguras de autocuidado sobretudo entre jovens e indivíduos com baixo letramento em saúde. |
| Gomes; Silva (2026) | Inteligência artificial e automedicação: análise dos impactos no comportamento em saúde. | Pesquisa básica, qualitativa, desenvolvida por revisão narrativa da literatura | Analisar os impactos do uso da Inteligência Artificial no comportamento de automedicação e na tomada de decisões em saúde, investigando como essas ferramentas são usadas para buscar sintomas e tratamentos, bem como seus riscos e implicações éticas e de segurança. | O uso de assistentes virtuais, IAs generativas e redes sociais (Instagram, TikTok e YouTube) estimula diretamente o autodiagnóstico e o consumo sem prescrição de analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e ansiolíticos, destacando-se a faixa etária jovem de 16 a 24 anos como grande consumidora de orientações médicas online. A linguagem humanizada dos chatbots e a popularidade de influenciadores criam uma falsa sensação de segurança e fomentam autodiagnósticos superficiais, ignorando histórico clínico, alergias e interações medicamentosas. |
| Lima; Vieira; Lopes (2025) | Investigação do uso de IA na automedicação: uma revisão integrativa. | Revisão integrativa da literatura | Analisar a influência da inteligência artificial (IA) na prática da automedicação, identificando seus impactos, riscos, limitações e contribuições para a atuação farmacêutica. | Os sistemas de IA, aplicativos e chatbots (como o ChatGPT) vêm sendo amplamente utilizados, inclusive por jovens, para consultar sintomas e informações sobre medicamentos de venda livre, oferecendo agilidade, melhoria na adesão terapêutica e suporte na reconciliação medicamentosa. Entretanto, o uso autônomo dessas ferramentas para automedicação apresenta riscos clínicos devido a taxas de erro, omissões de segurança, informações desatualizadas e falta de avaliação das particularidades do paciente. |
| Paiva *et al. (2025)* | A influência das mídias sociais no uso irracional de medicamentos. | Revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza descritiva | Compreender e descrever como as mídias sociais influenciam o uso irracional de medicamentos, destacando os riscos associados e o impacto da divulgação por influenciadores digitais na aquisição e uso de | As mídias sociais (Instagram, TikTok, YouTube, Twitter e WhatsApp) promovem a normalização do uso de medicamentos sem prescrição e dificultam a distinção entre experiências pessoais e recomendações clínicas. Verificou-se forte vulnerabilidade do público jovem (como na adesão a recomendações de influenciadores para acne no Instagram, gerando cicatrizes |



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

| Autor (ano) | Título | Tipo de Estudo | Objetivo Geral | Principais Resultados |
|---|---|---|---|---|
| | | | medicamentos isentos de prescrição (MIPs). | permanentes e danos psicológicos) e correlação direta entre publicações nas redes e picos de vendas de medicamentos de venda livre, como antialérgicos, antipiréticos e vitaminas. |
| Ramalho; Neumann; Santos (2026) | Influência das redes sociais na automedicação: desafios e atuação do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos | Revisão narrativa da literatura, qualitativa e exploratório-descritiva | Analisar a influência das redes sociais sobre o comportamento de automedicação no contexto da infodemia digital e discutir o papel e as estratégias de intervenção do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. | Plataformas como TikTok, Instagram, WhatsApp e YouTube operam como vetores de desinformação farmacológica por meio de algoritmos de engajamento, câmaras de eco e influenciadores digitais, atingindo fortemente jovens da Geração Z que substituem buscas tradicionais por vídeos curtos e possuem déficit de letramento em saúde digital. Episódios como o "kit covid", o uso estético off-label de semaglutida, a patologização digital em saúde mental e o consumo de fitoterápicos adulterados ou vendidos como "naturais e sem risco" resultam em intoxicações, interações graves e resistência antimicrobiana. |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

### 3.1. Dinâmicas algorítmicas, mídias sociais e marketing na desinformação farmacológica

A reconfiguração contemporânea do acesso à informação em saúde evidencia que os mecanismos de busca e as plataformas digitais deixaram de ser apenas meios de comunicação interpessoal para assumirem o papel de fontes primárias de orientação terapêutica e autodiagnóstico. Conforme demonstram Chamorro *et al.* (2026), dados de inquérito domiciliar no Brasil revelam que 77,1% dos indivíduos conectados utilizam a internet para investigar questões de saúde, destacando-se a procura por sintomas (89,1%) e por informações sobre medicamentos (84,5%), fenômeno consolidado sob a expressão "Dr. Google".

Em convergência com o cenário nacional, Paiva *et al.* (2025) apontam que tal comportamento reflete uma tendência global, visto que 71% dos usuários de internet na Europa e 72% nos Estados Unidos recorrem à rede para consultas informativas, bem como para realizar autodiagnósticos e adquirir produtos farmacêuticos. Contudo, ao analisarem o recorte geracional dessa prática, Ferreira *et al.* (2025) e Ramalho, Neumann e Santos (2026) identificam uma transição qualitativa profunda protagonizada pelo público jovem e pelos nativos da Geração Z,



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

os quais vêm substituindo os motores de busca tradicionais por plataformas de vídeos curtos, sobretudo TikTok, Instagram e YouTube.

Segundo os resultados de Ramalho, Neumann e Santos (2026), 33% da Geração Z utilizam o TikTok especificamente para discutir doenças e condições clínicas e 40% adotam a plataforma como fonte informativa geral, priorizando o entretenimento, a rapidez e a proximidade com o criador de conteúdo em detrimento da verificação de fontes científicas. Essa migração para as mídias sociais altera a mecânica de exposição ao conteúdo farmacológico, pois, diferentemente da pesquisa ativa realizada nos buscadores convencionais, as redes sociais operam por sistemas de recomendação que entregam conteúdos terapêuticos de forma passiva e contínua, mesmo sem demanda prévia do usuário, conforme analisam Chamorro *et al.* (2026).

Nesse cenário, Ferreira *et al.* (2025) e Gomes e Silva (2026) convergem ao demonstrar que a estrutura algorítmica dessas plataformas é projetada para maximizar métricas de retenção e engajamento, privilegiando a viralização de publicações sensacionalistas, de forte apelo emocional ou baseadas em promessas de alívio imediato, ao passo que comunicações técnicas produzidas por instituições científicas e órgãos oficiais têm seu alcance reduzido devido à linguagem formal e ao menor apelo visual.

Aprofundando a análise crítica sobre os mecanismos sociotécnicos dessa propagação, Ramalho, Neumann e Santos (2026) evidenciam que a desinformação em saúde pode atingir até 87% das postagens analisadas em determinadas categorias temáticas. Diversos grupos de medicamentos figuram entre os domínios mais afetados, fenômeno impulsionado pela formação de "câmaras de eco" (echo chambers) e "bolhas de filtro" (filter bubbles) que isolam o internauta em fluxos informacionais que apenas confirmam suas crenças preexistentes.

Chamorro *et al.* (2026) ressaltam que a apresentação repetitiva de vídeos semelhantes pelo algoritmo gera uma percepção artificial de consenso científico, induzindo o jovem a confundir popularidade digital e volume de visualizações com validação clínica. Soma-se a essa engrenagem o papel crítico dos aplicativos de mensageria instantânea, como WhatsApp e Telegram, os quais, segundo Paiva *et al.* (2025) e Ramalho, Neumann e Santos (2026), atuam como vetores criptografados, onde o encaminhamento sucessivo em grupos familiares e comunitários converte mitos terapêuticos em aparentes verdades coletivas.

No interior desse sistema regido por métricas de visibilidade, observa-se uma progressiva transferência da autoridade sanitária, antes centrada nos profissionais de saúde, para influenciadores digitais e comunicadores desprovidos de formação técnica (Paiva *et al.*, 2025). De acordo com os achados reportados por Ramalho, Neumann e Santos (2026), 75,7% dos



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

participantes de estudos nacionais reconhecem que influenciadores digitais sugerem medicamentos frequentemente com propósito de automedicação, valendo-se de uma retórica acessível e ancorada em relatos de experiências pessoais que funcionam como gatilhos de identificação aos seguidores.

Analisando os reflexos práticos dessa persuasão sobre o comportamento juvenil, Paiva *et al.* (2025) demonstram, ainda, que a exposição a vídeos e postagens no Instagram com receitas caseiras ou produtos dermatológicos para o manejo da acne sem supervisão médica, bem como publicações no Twitter acerca da rinite alérgica, correlaciona-se com picos de vendas de medicamentos de venda livre e adoção de condutas clínicas inadequadas.

Assim, ao integrarem substâncias farmacologicamente ativas a narrativas cotidianas de estilo de vida, sono, concentração e performance estética, os criadores de conteúdo reduzem simbolicamente a percepção de risco farmacológico e transformam o medicamento em um objeto comum de consumo (Chamorro *et al.*, 2026).

A consolidação do fármaco como bem de consumo nas plataformas digitais é, por sua vez, retroalimentada pelas estratégias de marketing farmacêutico e pela publicidade digital, conforme demonstram Castor e Lima (2025). Os dados compilados por Cortez e Brito (2025) indicam que os MIPs já representam aproximadamente 31% do mercado farmacêutico nacional, sendo impulsionados por embalagens convidativas e propagandas que apresentam analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios como soluções rápidas e inofensivas para queixas cotidianas.

Sob uma perspectiva crítica, Castor e Lima (2025) enfatizam que esse marketing farmacêutico atua de maneira assimétrica ao exaltar os benefícios dos produtos enquanto minimiza ou omite contraindicações, interações medicamentosas e potenciais eventos adversos. Agravando esse cenário, Paiva *et al.* (2025), Ramalho, Neumann e Santos (2026) e Chamorro *et al.* (2026) convergem ao apontar que a Resolução RDC nº 96/2008 da ANVISA mostra-se limitada diante das novas modalidades de publicidade nativa e marketing de influência nas redes sociais (Brasil, 2008).

Segundo Chamorro *et al.* (2026) e Ramalho, Neumann e Santos (2026), a diluição das fronteiras entre testemunho pessoal espontâneo, conteúdo patrocinado e parcerias comerciais não declaradas com laboratórios farmacêuticos dificulta a identificação de interesses comerciais pelo jovem consumidor e supera a capacidade de fiscalização reativa das autoridades sanitárias.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

### 3.2. Inteligência artificial generativa, autoconsulta e vulnerabilidade dos jovens à desinformação farmacológica

Somando-se às redes sociais e aos buscadores convencionais, a rápida expansão da Inteligência Artificial (IA) generativa e dos assistentes virtuais criou uma nova fronteira na propagação de informações farmacológicas e na prática da autoconsulta, temática investigada por Lima, Vieira e Lopes (2025) e Gomes e Silva (2026). De acordo com Gomes e Silva (2026), levantamentos do Conselho Federal de Farmácia (CFF) apontam que cerca de 77% dos brasileiros se automedicam e que jovens entre 16 e 24 anos compõem parcela expressiva dos usuários que buscam diagnósticos e orientações médicas na internet, recorrendo a chatbots como o ChatGPT pela sensação de praticidade e disponibilidade imediata.

A linguagem natural, fluida e humanizada dos grandes modelos de linguagem produz nos usuários uma sensação de proximidade e confiança análoga às interações humanas, diferindo criticamente dos motores de busca tradicionais por entregar uma resposta única e organizada que elimina a etapa de avaliação e comparação entre diferentes fontes. Entretanto, Ramalho, Neumann e Santos (2026) e Gomes e Silva (2026) alertam que tais sistemas operam de forma descontextualizada das particularidades fisiológicas e clínicas do indivíduo, ignorando histórico médico, alergias, comorbidades e uso concomitante de outros fármacos, produzindo orientações plausíveis na estrutura textual, mas clinicamente incorretas.

Fundamentando empiricamente essa fragilidade, a revisão de Lima, Vieira e Lopes (2025) demonstra que, em análises sobre respostas do ChatGPT a dúvidas de consumidores acerca de MIPs, apenas 54,5% das respostas foram cientificamente corretas, 49,6% forneceram instruções apropriadas e somente 20,8% atenderam simultaneamente a todos os critérios de coerência, correção e adequação, além de terem sido identificados 9% de erros de segurança com omissões relevantes sobre o uso de MIPs na gravidez e uma taxa média de erro de 14% em metanálises.

Ferreira *et al.* (2025) e Paiva *et al.* (2025) enfatizam que a suscetibilidade à desinformação digital e à automedicação recai de maneira mais expressiva sobre indivíduos com menor escolaridade, baixa renda e limitado acesso à educação formal; já os resultados de Cortez e Brito (2025) e Gomes e Silva (2026) demonstram, sob outro prisma, que a escolaridade elevada e até mesmo a formação acadêmica na área da saúde não blindam os jovens contra o consumo inadequado de medicamentos.

Evidenciando esse paradoxo na prática, a pesquisa de campo conduzida por Cortez e Brito (2025) com 51 estudantes universitários, com predomínio da faixa etária entre 18 e 25 anos e



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

dos cursos de Farmácia, Enfermagem e Direito, constatou que, embora 74,5% declarassem conhecer os MIPs, 25,5% acreditavam incorretamente que esses fármacos podem ser comercializados e consumidos sem qualquer orientação e 21,6% não souberam informar, totalizando 47,1% dos acadêmicos com dificuldades quanto ao entendimento e uso adequado, destacando-se o consumo recorrente de Dorflex®, Dipirona, Paracetamol e Ibuprofeno.

### 3.3. Riscos toxicológicos associados ao uso inadequado de MIPs e contextualização epidemiológica das intoxicações medicamentosas

O uso inadequado de medicamentos isentos de prescrição representa um potencial risco à saúde, especialmente quando ocorre sem orientação farmacêutica adequada. Dados epidemiológicos nacionais sobre intoxicações medicamentosas permitem contextualizar a magnitude dos agravos associados à exposição a medicamentos. Entretanto, essas informações abrangem diferentes classes farmacológicas, faixas etárias e circunstâncias de exposição, não permitindo identificar isoladamente os eventos relacionados aos MIPs ou estabelecer associação causal com a desinformação digital. Nesse sentido, os indicadores epidemiológicos são utilizados como informações complementares à discussão dos riscos clínicos identificados na literatura.

A literatura analisada aponta que a percepção equivocada de segurança dos MIPs pode favorecer sua utilização inadequada, especialmente quando associada à ausência de orientação profissional. Embora os registros epidemiológicos nacionais evidenciem a ocorrência de intoxicações medicamentosas, eles não permitem afirmar que os MIPs constituam os principais agentes envolvidos, tampouco estabelecer que a desinformação digital seja responsável pelas notificações identificadas. Em convergência epidemiológica, Paiva *et al.* (2025) evidenciam que 35% dos medicamentos adquiridos no país são utilizados de maneira inadequada, resultando em um cenário no qual a automedicação responde diretamente por 27% das intoxicações medicamentosas e por 16% dos óbitos decorrentes desses agravos, além de consumir entre 15% e 20% dos orçamentos hospitalares para o manejo de complicações evitáveis.

No âmbito do público jovem e universitário, a elevada incidência de eventos tóxicos está atrelada ao perfil farmacológico das classes mais recomendadas nas plataformas digitais e adquiridas sem suporte clínico, notadamente os analgésicos, antitérmicos, relaxantes musculares e anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs). Os resultados empíricos obtidos por Cortez e Brito (2025) junto a acadêmicos de 18 a 25 anos demonstram a predominância absoluta do consumo de associações analgésicas e miorrelaxantes como o Dorflex® (28 citações),



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

seguido por Dipirona (24 citações), Paracetamol (13 citações) e Ibuprofeno (8 citações), destinados ao alívio imediato de mialgias, febre, cefaleia e cólicas.

Analisando a fisiopatologia desses agravos, Castor e Lima (2025) e Cortez e Brito (2025) convergem ao alertar que o paracetamol, percebido como inofensivo pelos jovens, possui pouca margem de segurança em superdosagens ou uso prolongado, desencadeando quadros graves de hepatotoxicidade e necrose hepática. Paralelamente, Castor e Lima (2025) detalham que o uso indiscriminado de dipirona associa-se a reações hematológicas e imunológicas, como agranulocitose e choque anafilático.

Por outro lado, o consumo abusivo de AINEs, como ibuprofeno e diclofenaco, promove lesões na mucosa gástrica, úlceras pépticas, hemorragias digestivas, nefrotoxicidade aguda ou crônica e alterações cardiovasculares, riscos omitidos nos vídeos curtos que exaltam o alívio rápido da dor nas redes sociais (Lima; Vieira; Lopes, 2025).

### 3.4. Interações medicamentosas, uso concomitante de MIPs e riscos associados à automedicação

Para além da toxicidade intrínseca de cada princípio ativo, a prática da polifarmácia autogerida e a desconsideração das interações medicamentosas e do mascaramento clínico configuram perigos silenciosos amplificados pelas recomendações digitais, conforme apontam Ferreira *et al.* (2025), Gomes e Silva (2026) e Chamorro *et al.* (2026). O alívio sintomático imediato proporcionado pelo uso recorrente de analgésicos, antitérmicos e antiácidos adquiridos por conta própria frequentemente encobre sinais de alerta decisivos para o diagnóstico precoce de patologias complexas, postergando a busca por assistência médica e agravando o prognóstico do paciente.

No tocante às interações farmacológicas, Ramalho, Neumann e Santos (2026) especificam que a administração concomitante e desorientada de AINEs com anti-hipertensivos (como o propranolol) reduz a eficácia do controle pressórico, ao passo que sua associação com o paracetamol potencializa danos renais e o uso simultâneo com anticoagulantes eleva o risco de sangramento gastrointestinal. Somam-se a esse quadro as interações farmacocinéticas envolvendo fitoterápicos e suplementos divulgados por influenciadores sob a falácia de que produtos "naturais" são isentos de risco.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

### 3.5. Intervenção do farmacêutico clínico na promoção do letramento em saúde digital e na desconstrução da falsa inocuidade dos MIPs

A desconstrução da percepção equivocada de segurança atribuída aos MIPs exige a presença ativa do farmacêutico clínico no momento da dispensação, etapa que constitui a principal barreira sanitária entre a recomendação vista na internet e o consumo efetivo do fármaco. No entanto, os resultados empíricos de Cortez e Brito (2025) revelam uma lacuna assistencial crítica nas farmácias comunitárias: 56,9% dos estudantes universitários avaliados afirmaram não ter recebido qualquer instrução ao adquirir MIPs e, entre a minoria orientada, 27,3% foram atendidos exclusivamente por balconistas sem habilitação técnica.

Ademais, Cortez e Brito (2025) demonstram que, mesmo quando houve atendimento profissional, as informações restringiram-se quase integralmente ao modo de usar, omitindo alertas fundamentais sobre efeitos adversos, contraindicações e interações medicamentosas. Esse resultado reafirma as evidências reportadas por Ramalho, Neumann e Santos (2026), segundo as quais estudos com pacientes simulados constataram que nenhum dos farmacêuticos avaliados forneceu orientações espontâneas sobre posologia ou reações adversas no balcão, e apenas 21,3% dos profissionais na atenção básica executam atividades de natureza clínica.

Castor e Lima (2025) e Cortez e Brito (2025) convergem ao apontar que a omissão assistencial, que contraria as diretrizes da RDC nº 882/2024 da ANVISA, perpetua a invisibilização da função clínica do farmacêutico e valida a crença do jovem consumidor de que analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios de venda livre são produtos inofensivos (Brasil, 2016; Brasil, 2024).

Para reverter esse quadro de dispensação passiva e converter o atendimento em uma intervenção clínica efetiva, Castor e Lima (2025) e Ramalho, Neumann e Santos (2026) ressaltam o papel estratégico dos serviços farmacêuticos respaldados pelas Resoluções nº 585/2013 e nº 586/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que regulamentam as atribuições clínicas e a prescrição farmacêutica. Conforme os autores, a indicação farmacêutica responsável de MIPs, o seguimento farmacoterapêutico, estruturado por ferramentas como o Método Dáder e o registro SOAP, e a conciliação medicamentosa permitem identificar padrões de uso crônico, rastrear automedicações ocultas induzidas por redes sociais e encaminhar o paciente ao médico diante de sinais de alerta (Brasil, 2013a; Brasil, 2013b).

O profissional farmacêutico deve incorporar à anamnese perguntas investigativas diretas, questionando o que motivou a procura pelo produto e se a indicação originou-se de vídeos na internet, adotando uma postura dialógica, empática e fundamentada na técnica da entrevista



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

motivacional. Analisando essa abordagem, Chamorro *et al.* (2026) argumentam que uma postura repreensiva ou proibitiva rompe o vínculo terapêutico e leva o jovem a omitir o consumo autônomo de substâncias, ao passo que a escuta acolhedora permite desconstruir a desinformação com evidências científicas acessíveis e preservar a autonomia do usuário.

Para além dos limites físicos do balcão da farmácia, a consolidação do uso racional de medicamentos exige a promoção ativa do letramento em saúde digital e a ocupação qualificada dos espaços virtuais pelos próprios profissionais de saúde (Ferreira *et al.*, 2025). O letramento digital em saúde vai além da habilidade operacional de navegar na rede, consistindo na competência cognitiva de localizar, avaliar criticamente e aplicar informações médicas, capacitando o jovem a questionar a autoria do conteúdo, verificar a qualificação técnica do emissor, exigir referências científicas, observar a data de atualização e reconhecer conflitos de interesse comerciais ou promessas falaciosas de cura rápida.

Como evidenciam Paiva *et al.* (2025) e Ramalho, Neumann e Santos (2026), intervenções educativas estruturadas, a exemplo de programas baseados no Modelo de Crenças em Saúde, demonstram eficácia estatística na redução da automedicação com analgésicos, antigripais e antibióticos ao elevarem a percepção de risco e a autoeficácia dos usuários.

Ferreira *et al.* (2025) e Paiva *et al.* (2025) propõem que o farmacêutico atue como um comunicador técnico e curador de conteúdo nas plataformas digitais, produzindo contranarrativas éticas e cientificamente embasadas, em observância às normas do CFF, que vedam a publicidade indutora de uso irracional ou a prescrição pública sem avaliação clínica, bem como expandindo o cuidado remoto por meio da telefarmácia, regulamentada pela Resolução CFF nº 727/2022 (Brasil, 2022).

Quanto à complexidade operacional, verifica-se uma convergência crítica entre todos os estudos analisados, de que a mitigação dos riscos da desinformação digital sobre o uso de MIPs entre jovens não pode depender de ações isoladas nem recair exclusivamente sobre a responsabilidade individual do consumidor. Os autores convergem na defesa de uma tríade indissociável que articule: (i) o fortalecimento clínico e a valorização profissional do farmacêutico nas farmácias comunitárias e na Atenção Primária à Saúde; (ii) a educação em saúde contínua e adaptada aos formatos digitais para desenvolver o pensamento crítico da juventude; e (iii) a modernização do arcabouço regulatório e fiscalizatório.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa buscou analisar os riscos à saúde associados à desinformação digital sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) entre jovens, considerando os mecanismos de disseminação de informações não validadas, os potenciais agravos clínicos e a importância da atuação farmacêutica. A síntese dos oito trabalhos selecionados sugere que a utilização de redes sociais, plataformas digitais e ferramentas de inteligência artificial como fontes de orientação em saúde pode favorecer comportamentos de automedicação inadequada, especialmente quando as informações são consumidas sem avaliação crítica ou acompanhamento profissional.

Os achados discutidos apontam riscos associados ao uso inadequado de analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios, incluindo reações adversas, interações medicamentosas, mascaramento de condições clínicas e possíveis eventos toxicológicos. Entretanto, os dados epidemiológicos complementares sobre intoxicações medicamentosas abrangem diferentes classes farmacológicas e circunstâncias de exposição, não permitindo estimar a proporção de ocorrências especificamente atribuíveis aos MIPs ou à influência da desinformação digital.

Nesse contexto, a atuação do farmacêutico apresenta-se como estratégia relevante para a promoção do uso racional de medicamentos, por meio da orientação individualizada, da identificação de riscos durante a dispensação e de ações educativas voltadas ao letramento em saúde digital. Ressalta-se, contudo, que a heterogeneidade metodológica das publicações incluídas e a utilização de evidências secundárias limitam a generalização dos resultados e impedem o estabelecimento de relações causais. Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estudos primários que investiguem diretamente a associação entre exposição à desinformação digital, padrões de consumo de MIPs e ocorrência de eventos adversos entre jovens.

## REFERÊNCIAS

AL-HAMID, Abdullah; TUDOR, Carys; ASSI, Sulaf. Exploring profile, effects and toxicity of novel synthetic opioids and classical opioids via Twitter: A qualitative study. **Emerging Trends in Drugs, Addictions, and Health**, v. 4, p. 100139, 2024. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667118223000909. Acesso em: 26 set. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 96, de 17 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2008. Disponível em:



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

https://antigo.anvisa.gov.br/documents/33864/284972/rdc_96.pdf/89e6425a-f2b5-4053-a9ed-be28a0bbc813. Acesso em: 29 out. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 98, de 1º de agosto de 2016**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 148, p. 32-33, 3 ago. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2016/rdc0098_01_08_2016.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 882, de 14 de junho de 2024**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 211-212, 21 jun. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-rdc-n-882-de-14-de-junho-de-2024-567209532. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013.** Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 186, p. 186-188, 25 set. 2013a. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013.** Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 187, p. 136-138, 26 set. 2013b. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf. Acesso em: 24 out. 2026.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. **Resolução nº 727, de 30 de junho de 2022**. Dispõe sobre a regulamentação da Telefarmácia. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 136, p. 179-181, 20 jul. 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-727-de-30-de-junho-de-2022-416502055. Acesso em: 29 out. 2026.

CAMÕES, Vera Catarina Farrica. **A utilização dos meios de comunicação digitais aplicados à farmácia**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Egas Moniz School of Health and Science, Almada, 2023. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/049d7f61288371017c93cbc8a9b12721/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 28 set. 2026.

CASTOR, Jessica Airam Santos; LIMA, Karine. Uso indevido de medicamentos isentos de prescrição. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 28, p. 1-46, 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/uso-indevido-de-medicamentos-isento-de-prescricao. Acesso em: 20 out. 2026.

CHAMORRO, Marilaura *et al*. O papel do “Dr. Google” e das redes sociais na automedicação: impactos da desinformação e das recomendações digitais no consumo de medicamentos. **Revista FT**, v. 30, n. 162, p. 1-38, 2026. Disponível em: https://www.revistaft.com/ft/article/view/2303. Acesso em: 20 out. 2026.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CORTEZ, Pablo Huete Lima; BRITO, Maria dos Remédios Mendes. Avaliação do uso e o grau de conhecimento dos acadêmicos em relação ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's). **Research, Society and Development**, v. 14, n. 11, p. e237141150192, 2025. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/50192. Acesso em: 20 out. 2026.

FERREIRA, Arthur Cariello Marçal de Oliveira *et al*. A influência das redes sociais na automedicação e no consumo irracional de medicamentos: desafios para a educação em saúde. **Revista Multidisciplinar Integrada**, v. 6, n. 3, p. 1-19, 2025. Disponível em: http://revistas.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/225. Acesso em: 20 out. 2026.

GOMES, Ana Luíza Molick; SILVA, Jamilly Bezerra. Inteligência artificial e automedicação: análise dos impactos no comportamento em saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, p. 1-11, 2026. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/27607. Acesso em: 20 out. 2026.

LIMA, Luiz Felipe Ferreira de; VIEIRA, Maria Gabriella Morais Inácio; LOPES, Rodrigo do Carmo. **Investigação do uso de IA na automedicação**: uma revisão integrativa. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) – Centro Universitário Uni-Mais, Inhumas, 2025. Disponível em: http://65.108.49.104/xmlui/bitstream/handle/123456789. Acesso em: 29 set. 2026.

MONTEIRO, Mariane Feitosa *et al*. A inteligência artificial na prática médica: ferramenta de apoio ou substituição do raciocínio clínico? **Revista Saberes da Fapan**, v. 16, n. 2, p. 18-19, 2026. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/revistasaberesfapan/article/view/4626. Acesso em: 28 set. 2026.

PAIVA, Samyra Ellen Soares *et al*. A influência das mídias sociais no uso irracional de medicamentos. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 20, n. 3, p. 1-14, 2025. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4986. Acesso em: 20 out. 2026.

PREISS, Alexander *et al*. Using named entity recognition to identify substances used in the self-medication of opioid withdrawal: natural language processing study of Reddit data. **JMIR Formative Research**, v. 6, n. 3, p. e33919, 2022. Disponível em: https://formative.jmir.org/2022/3/e33919. Acesso em: 26 set. 2026.

RAMALHO, Selene Gomes; NEUMANN, Karine Rodrigues da Silva; SANTOS, Andreia Teixeira Oliveira. Influência das redes sociais na automedicação: desafios e atuação do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos. **Revista Multidisciplinar Integrada**, v. 2, n. 10, p. 1-45, 2026. Disponível em: http://revistas.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/328. Acesso em: 20 out. 2026.



Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.